

Sumario

CAPÍTULO 1–DIREITO PENAL

CAPÍTULO 2–DIREITOS DE PROTEÇÃO: EXCESSO E PROIBIÇÃO DE INSUFICIÊNCIA

CAPÍTULO 3– CONSTITUIÇÃO FEDERAL

3.1 Princípios da Legalidade e da Anterioridade da Lei Penal

3.2 Garantismo

3.3 Institutos penais e Constituição

3.3.1 Prescrição

3.3.2 Fiança

3.3.3 Anistia e indulto

3.4 Fontes do Direito Penal

3.4.1 Fontes materiais

3.4.2 Fontes formais

CAPÍTULO 4 – LEGISLAÇÃO PENAL, CARACTERES E DIVISÕES

4.1 Normas penais em branco ou primariamente remetidas

4.2 Interpretação da Lei Penal. Espécies

CAPÍTULO 5 – APLICAÇÃO DA LEI PENAL

5.1 Aplicação no tempo

5.2 Aplicação no espaço

5.3 Lei penal em relação às pessoas e suas funções

5.3.1 Imunidades diplomáticas

5.3.2 Imunidades parlamentares

5.3.3 Extradicação

5.4 Sentença estrangeira. Eficácia

5.5 Contagem do prazo penal

5.6 Conflito aparente de normas

CAPÍTULO 6 – TEORIA DO DELITO

6.1 Teoria Constitucionalista do Delito

6.2 Evolução da Teoria do Delito

6.3 Resultado jurídico

6.4 Imputação objetiva

6.4.1 Imputação objetiva de conduta

6.4.2 Imputação objetiva do resultado

6.5 Imputação subjetiva

CAPÍTULO 7 – INFRAÇÕES PENAIS

7.1 Espécies

7.2 Crime

7.2.1 Definição

7.2.2 Caracteres do crime

7.2.3 Classificação

- 7.3 Crime doloso
 - 7.3.1 Teorias sobre o dolo
 - 7.3.2 Espécies de dolo
 - 7.3.3 Outras categorias
 - 7.3.4 Mais classificações
- 7.4 Crime culposos
 - 7.4.1 Elementos da culpa
 - 7.4.2 Modalidades (formas de inobservância do dever objetivo)
 - 7.4.3 Espécies de culpa
- 7.5 Crime preterdoloso
- 7.6 Responsabilidade objetiva
- 7.7 Sujeito ativo do crime
- 7.8 Sujeito passivo do crime
- 7.9 Objetos do crime
- 7.10 Crime consumado
- 7.11 Crime tentado
 - 7.11.1 Espécies
 - 7.11.2 Elemento subjetivo na tentativa
 - 7.11.3 Inadmissibilidade da tentativa
- 7.12 Desistência voluntária, arrependimentos eficaz e posterior. Crime impossível
 - 7.12.1 Desistência voluntária
 - 7.12.2 Arrependimento eficaz
 - 7.12.3 Arrependimento posterior
 - 7.12.4 Crime impossível
- 7.13 Erro de tipo

CAPÍTULO 8 – FATO TÍPICO

- 8.1 Conduta
- 8.2 Resultado
- 8.3 Relação de causalidade
- 8.4 Tipicidade
- 8.5 Princípio da insignificância (ou bagatela)

CAPÍTULO 9 – ANTIJURIDICIDADE OU ILICITUDE OU INJURIDICIDADE OU DESCRIMINANTES OU EXIMENTES

- 9.1 Definição
- 9.2 Estado de necessidade
- 9.3 Legítima defesa
- 9.4 Estrito cumprimento do dever legal
- 9.5 Exercício regular de direito

CAPÍTULO 10 – CULPABILIDADE

- 10.1 Definição
 - 10.1.1 Elementos
 - 10.1.2 Exclusão
- 10.2 Erro sobre a ilicitude do fato
- 10.3 Coação irresistível
- 10.4 Obediência hierárquica
- 10.5 Imputabilidade ou responsabilidade
 - 10.5.1 Sistemas teóricos para aferição da imputabilidade

- 10.5.2 Causas de exclusão de imputabilidade no CP
- 10.5.3 Inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento incompleto ou retardado
- 10.5.4 Culpabilidade diminuída (chamado semi-imputável)
- 10.5.5 *Actio libera in causa*
- 10.5.6 Menoridade

10.6 Emoção e paixão

10.7 Embriaguez

CAPÍTULO 11– CONCURSO DE PESSOAS

11.1. Definição

11.2 Teorias sobre o concurso

11.3 Formas e tempo do concurso

11.4 Requisitos

11.5 Autoria

11.6 Coautoria

11.7 Participação

11.8 Autoria mediata

11.9 Cooperação dolosamente distinta

11.9.1 Punibilidade no concurso de pessoas

11.9.2 Concurso de pessoas como qualificadora

11.9.3 Agravantes no caso de concurso de pessoas

11.9.4 Circunstâncias no caso de concurso de pessoas

11.9.5 Participação e inexecução

11.10 Autoria incerta

11.11 Multidão delinquente

CAPÍTULO 12– PENAS

12.1 Introdução

12.1.1 História da pena

12.2 Teorias

12.3 Escolas penais

12.4 Caracteres

12.5 Espécies

12.6 Sistemas penitenciários

12.7 Tipos de penas

12.7.1 Penas proibidas

12.7.2 Penas permitidas

12.7.2.1 Penas privativas de liberdade

12.7.2.2 Pena de perda de bens

12.7.2.3 Pena de multa

12.7.2.4 Pena de prestação social alternativa

12.7.2.5 Pena de suspensão ou interdição de direitos

12.8 Individualização da pena

12.9 Sistema trifásico

12.9.1 Primeira fase – Pena-base

12.9.2 Segunda fase – Pena provisória

12.9.2.1 Reincidência

12.9.3 Terceira fase – Pena definitiva

12.10 Concurso de crimes

- 12.10.1 A continuidade pode ser reconhecida em execução (art. 194 da LEP)
- 12.10.2 Procedimento no concurso de crimes
- 12.11 Regimes de execução
 - 12.11.1 Estabelecimentos penais de segurança máxima
 - 12.11.2 Regime Disciplinar Diferenciado – RDD
- 12.12 Pena de multa
- 12.13 Penas restritivas de direitos
 - 12.13.1 Requisitos para a substituição
 - 12.13.2 Espécies
- 12.14 *Sursis* ou suspensão condicional da pena
 - 12.14.1 Espécies
 - 12.14.2 Requisitos
 - 12.14.3 Revogação
 - 12.14.4 Substituição
 - 12.14.5 Conversão
- 12.15 Livramento condicional
 - 12.15.1 Definição
 - 12.15.2 Natureza
 - 12.15.3 Pressupostos objetivos
 - 12.15.4 Pressupostos subjetivos
 - 12.15.5 Revogação
 - 12.15.6 Restauração: art. 88 do CP
 - 12.15.7 Prorrogação (art. 89 do CP)
 - 12.15.8 Extinção

CAPÍTULO 13– SENTENÇA PENAL. EFEITOS

- 13.1 Efeitos da sentença condenatória
 - 13.1.1 Penais
 - 13.1.2 Extrapenais
- 13.2 Efeitos da sentença absolutória
- 13.3 Reabilitação

CAPÍTULO 14– MEDIDAS DE SEGURANÇA

- 14.1 Definição
- 14.2 Fundamento
- 14.3 Princípios
- 14.4 Pressupostos
- 14.5 Prazo
- 14.6 Revogação
- 14.7 Espécies
- 14.8 Execução

CAPÍTULO 15– EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. CAUSAS

- 15.1 Definição
- 15.2 Causas
 - 15.2.1 Causas gerais (ou comuns)
 - 15.2.2 Causas especiais
 - 15.2.3 Causas comunicáveis
 - 15.2.4 Causas incomunicáveis

- 15.3 Efeitos
 - 15.4 Morte do autor
 - 15.5 Clemência soberana: Anistia, graça e indulto
 - 15.6 *Abolitio criminis*
 - 15.7 Decadência e preempção
 - 15.7.1 Decadência
 - 15.7.2 Preempção
 - 15.8 Renúncia e perdão do ofendido
 - 15.8.1 Renúncia
 - 15.8.2 Perdão do ofendido
 - 15.8.3 Diferenças entre renúncia e perdão
 - 15.9 Perdão judicial
 - 15.10 Retratação
 - 15.11 Prescrição
- BIBLIOGRAFIA